

Eixo 8: Equipe multiprofissional: rede de apoio Relato de experiência

Relato de experiência de revisão teórica sobre atuação do profissional de psicologia frente à construção do PEI para o aluno com autismo

Aurielly dos Santos Gomes

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
Graduanda em Bacharelado e Licenciatura em Psicologia, na Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa Psicologia e Desenvolvimento Humano- GP/PSIDIHN. Membro do Grupo de Estudo e Extensão Universitária em Psicologia Escolar e Educacional em Contexto- GPEEC/UESPI. Monitora do curso de Atendimento Educacional Especializado, ofertado pelo Centro de Formação Antônio Freire- CFAF/UESPI. E-mail: auryniki@gmail.com

Resumo: O presente relato de experiência representa um recorte de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre a atuação do profissional de psicologia frente à construção do Plano Educacional Individualizado (PEI) para o aluno do Transtorno do espectro autista. Realizou-se o levantamento em bancos de dados como Capes periódicos, Scielo, google acadêmico, e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Por meio dos resultados encontrados para a construção do referencial teórico da pesquisa, pode-se constatar que dadas às particularidades das pessoas com TEA, é necessário que se elabore estratégias para promoção de desenvolvimento desses sujeitos, principalmente com relação ao processo de ensino e aprendizagem. As dificuldades que se apresentam a essa condição do desenvolvimento reflete a necessidade de enfatizar cada vez mais o trabalho de multiprofissionais, como do profissional de psicologia, que contribuir com estratégias para ensino de comportamentos, como na operacionalização do ensino de habilidades fundamentais no contexto escolar.

Palavras-chave: Plano Educacional Individualizado, Psicologia, Autismo.

INTRODUÇÃO

A pessoa com autismo enfrenta diversos desafios em seu processo de desenvolvimento, em diversos contextos, como no ambiente escolar, fazendo-se necessário a utilização de estratégias pedagógicas para favorecer a aprendizagem. A educação inclusiva representa um desafio para práticas educacionais nas escolas, e um terreno pouco conhecido para os professores de sala de aula comum, desconhecendo a utilização de estratégias pedagógicas diferenciado para alunos Público Alvo da Educação Especial (PAEE).

Muitas legislações foram importantes para garantir os direitos das pessoas à educação, bem como das pessoas que são público alvo da educação especial. Entre elas se destacam

a Constituição Federal de 1988 que assegura a todos o direito a uma educação de qualidade, bem como estabelece que é dever do Estado garantir o Atendimento Educacional Especializado (AEE) às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988). Outro documento importante publicado se refere à Declaração de Salamanca (1994), que apresenta princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais.

A escola representa uma instituição onde a prática de inclusão do aluno com necessidades especiais poderá gerar contribuições significativas para o seu desenvolvimento, para tanto, deverá existir estrutura adequada para acolhimento as especificidades individuais de cada aluno, bem como, atender suas necessidades de acordo com o entendimento e disponibilização de recursos que viabilizem a efetivação de um ambiente favorável.

Nesse sentido, a presente pesquisa trata-se de uma das formas de contribuir com a inclusão escolar do aluno com TEA, levantando conhecimento a respeito da participação do profissional da psicologia na elaboração do PEI, que representa uma ferramenta norteadora no processo de integrar o aluno que faz parte do Público Alvo da Educação Especial na sala comum (RESENDE; GAMA, COSTA, 2021).

A construção do PEI deve ser realizada por agentes extraescolares, não somente pelo professor especialista, que são apontados em grande parte como os únicos responsáveis pelos alunos com deficiência (TANNÚS-VALADÃO, 2013).

É importante que profissionais da área da psicologia, da assistência social, e outros que fizeram atendimento com esse educando possam ser contatados para a elaboração desse material, tratando-se de profissionais favoráveis à inclusão escolar, ao passo que fornece orientações para a minimização de barreiras no processo de participação dos alunos na escola.

O relato de experiência representa um recorte do projeto de TCC, onde nesta presente escrita traz a revisão teórica que o embasa. O projeto está em fase inicial, e não foi realizada ainda a coleta. Este relato de experiência objetiva representar uma discussão da temática que é tão pertinente no contexto atual. De objetivos específicos temos: identificar os materiais que versam sobre a temática proposta, bem como, busca-se potencializar discussão na área a

partir dos apontamentos trazidos nessa interface entre a atuação do profissional de psicologia, e a construção do PEI.

Por meio dessa pesquisa, é possível conhecer e agregar conhecimento sobre esse campo ainda incipiente, e gerar contribuições para que mais pesquisas sejam fomentadas na área. Sabe-se que a criação de serviços dentro da escola para a promoção do processo de escolarização do aluno com autismo envolve um trabalho com diferentes agentes, e essa interface de saberes integram possibilidades para a melhora do desenvolvimento desses sujeitos. Além de gerar contribuição para a ciência, o estudo contribui para a inclusão do aluno com TEA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Falar do Plano Educacional Individualizado é falar de inclusão, e logo, um tema que vem se apresentando com tantas possibilidades de estudos e locais de melhorias. Ao falar de práticas inclusivas abordará mais o contexto escolar onde o estudo buscará dar maior foco, considerando que a terminologia incluir é usado para diferentes contextos. No âmbito escolar “incluir significaria então buscar as soluções provisoriamente aceitáveis para acolher uma criança no meio escolar regular, em função das condições locais e, naturalmente, das possibilidades da própria criança” (PLAISANCE, 2010, citado por HUDSON, 2020).

As discussões sobre inclusão escolar não é algo novo, essa temática apresenta uma história de lutas e de busca de uma educação cada vez mais comprometida na garantia de direitos e de qualidade no sistema educacional Brasileiro. Historicamente, a educação inclusiva teve uma maior preocupação com a Declaração de Salamanca, gerando uma atenção maior para as práticas inclusivas nas escolas públicas brasileiras (MENDES; ALMEIDA; TOYODA, 2011). O processo de inclusão escolar ainda é bastante atribuído às pessoas com algum tipo de deficiência, contudo, a perspectiva completa para esse conceito não atinge somente esses alunos com deficiência, é considerado também os alunos que possuem dificuldades de aprendizagem, bem como os demais alunos, de modo que o sucesso educacional seja destinado para todos os estudantes (MANTOAN, 2003).

A discussão de exclusão social perpassa para outros contextos na busca de abarcar todas as suas configurações e atores sociais, caracterizando-se, conforme aponta Bissoto (2013) como um “afastamento, de indivíduos ou populações, das redes socioculturais que suportam os indivíduos em sua vida cotidiana: família, amigos, recursos da comunidade (como sistemas de saúde, centros comerciais, de negócios, culturais e de lazer, transporte, vias públicas, escolas, etc.)”.

Diante disso, o processo de inclusão tem afetado o contexto escolar, quando se entende a necessidade de permitir o acesso e a permanência de todos alunos na sala de aula, independentemente de sua condição social, cognitiva, cultural. Logo, falar de inclusão escolar é falar de exclusão social, que reverbera para o âmbito das escolas, já que essa terminologia de inclusão se iniciou desde quando foi considerado obrigatório todos terem acesso às escolas (MATTOS, 2012).

As discussões que foram se consolidando nesses últimos anos sobre educação escolar acarretou mudanças significativas para o acesso, permanência e progresso dos alunos Público Alvo da Educação Especial (PEE) no ambiente escolar. O sistema educacional brasileiro apresentou desejo na geração de mudanças no contexto de geração de escolas mais inclusivas para esse público, contribuindo para melhorias nas políticas públicas educacionais, abrindo espaço para pesquisas e intervenções para a área, em decorrência disso, as matrículas de crianças com necessidades educativas especiais tiveram mais apoio e possibilitando o aumento de matrícula nas escolas de ensino regular (MENDES; ALMEIDA; TOYODA, 2011).

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), a escola pode flexibilizar o currículo para o estudante com deficiência, utilizando-se de metodologias inclusivas, tais como a adoção de Plano de Ensino Individualizado (PEI). Nessa perspectiva, a LBI orienta que as medidas devem proporcionar o desenvolvimento, tanto acadêmico, quanto social dos estudantes, sendo necessária a adoção de medidas individualizadas e coletivas (BRASIL, 2015). Com isso, se efetiva um dos significados da inclusão, referente às pessoas com deficiência, onde se atende suas necessidades, possibilitando que esta possa se desenvolver em todos os aspectos de sua vida (SASSAKI, 1997).

Nessa perspectiva, a ampliação das discussões sobre educação inclusiva vem favorecendo a criação e ampliação de políticas públicas, além da adoção de práticas estratégicas para melhoria da vida das pessoas com deficiência. Pletch e Glat (2013) têm voltado seus estudos na área de estratégias pedagógicas, com publicação na área do PEI, de modo a atender as especificidades dos alunos, considerando que não há uma única forma de atender todas as necessidades educacionais, sendo preciso um olhar para as estratégias pedagógicas.

A existência de recursos pedagógicos auxilia de maneira significativa a vida das pessoas com Necessidades Educativas Especiais (NEE) quando são utilizados da forma adequada. Estratégias como Desenho Universal da Aprendizagem (DUA), Ensino Diferenciado, Ensino Colaborativo, além do Plano de Educacional Individualizado (PEI), fornecem suporte para melhorias nas práticas inclusivas nas escolas, entendendo a heterogeneidade no processo de aprendizagem dos alunos.

O Plano de Educacional Individualizado propõe, como um de seus papéis, integrar o aluno que faz parte do Público Alvo da Educação Especial na sala comum, representando como uma ferramenta norteadora nesse processo (RESENDE; GAMA, COSTA, 2021). Em seus primeiros passos, esse plano esteve voltado para os interesses apenas da instituição escolar mostrando interesses de grupos ou de pessoas individuais, sendo encarado como um “mal” necessário (TANNÚS-VALADÃO; MENDES, 2018).

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O levantamento de estudos na área do PEI junto com a psicologia ampliou meus olhares para a educação inclusiva, me fazendo perceber a contribuição significativa de diversos profissionais na inclusão do aluno com autismo. Pude entender o quanto. No contexto escolar, o trabalho colaborativo é fundamental para viabilizar o processo de inclusão escolar, onde esse trabalho inclusivo não seja realizado e orientado para ser produzido de uma forma individual. Profissionais como o da área da psicologia, tais como, Terapeuta ocupacional, a família, e o próprio aluno deverão estar envolvidos nesse percurso.

Foi possível observar os benefícios da inclusão e entender que não se referem somente

às habilidades acadêmicas esperadas, mas envolve também todo um desempenho social desse alunado, em que o desenvolvimento desses repertórios é imprescindível para o seu desenvolvimento.

Nos próximos passos de coleta e análise dos dados, objetiva que se possa aguçar ainda mais o estudo e entender que O presente trabalho buscará investigar a atuação do profissional de psicologia para a inclusão da pessoa com TEA, com a da elaboração e implantação do PEI, entrando em contato com os pontos facilitadores e restritivos nessa prática, através de um estudo com os profissionais da área. Espera-se que a pesquisa possa gerar resultados que demonstram a importância dos conhecimentos da área da psicologia, dentro da construção desse plano gerando conteúdo norteador, e que contribua para o processo de inclusão da pessoa com TEA.

CONCLUSÃO

As práticas educacionais têm cada vez mais mostrando necessidade de melhorar o processo de inclusão escolar, principalmente dos alunos com autismo, que com o aperfeiçoamento dos diagnósticos, esse público tem recebido mais direitos, e entre eles a possibilidade de estudar na sala de aula comum. É certo que a educação inclusiva representa um desafio para práticas educacionais nas escolas, e um terreno pouco conhecido para os professores de sala de aula comum, desconhecendo a utilização de estratégias pedagógicas diferenciado para alunos Público Alvo da Educação Especial (PAEE). O PEI chega como uma estratégia de grande valor, e a contribuição da psicologia nesse campo vem para somar com essas práticas.

Nesse sentido, esse recorte que aponta o referencial teórico que norteia os próximos passos do estudo que buscará realizar uma coleta de dados com psicólogos que atuam frente a elaboração do PEI, com a finalidade de entender os desafios e as facilidades dessa prática, gerando resultados e contribuição para a ciência, para o profissional de psicologia, e para o aluno com TEA. Assim, a partir dessa coleta dessa revisão teórica, é possível ter um norte maior do que fundamenta esse instrumento, e a importância do trabalho colaborativo com outros profissionais, assim como, do profissional de psicologia.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 09 de outubro de 2022.

HUDSON, Bruna Cristina da Silva. **A percepção de professores (as) sobre a utilização do plano de desenvolvimento individual (PDI) em Minas Gerais**. (Dissertação) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/34699>. Acesso: : 09 de outubro de 2022.

MATOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção cotidiano escolar). Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf>. Acesso: 09 de outubro de 2022.

RESENDE, Lara Sabrina Gomes et al. **Plano de Ensino Individualizado (PEI): um facilitador para a inclusão de alunos autistas nas aulas de língua portuguesa**. Trabalho de Conclusão do Curso II (TCC). Licenciatura em Letras Português-EAD, Instituto Federal do Espírito Santos-campus Vitória, Espírito Santo, 2021. Disponível em: https://repositorio.ifes.edu.br/bitstream/handle/123456789/1564/TCC_Plano_Ensino_Individualizado_Alunos_Autistas.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 12 de set. 2022.